

## **CONQUISTAS E DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: UM CONVITE AO DEBATE**

Neste ano de 2013, o relançamento da Revista RAÍZES E RUMOS, descontinuada na década de 1990, período particularmente difícil para a universidade pública no país, acontece em um momento muito oportuno para a extensão universitária, pois reencontra o campo em um outro patamar de desenvolvimento, reflexão e ação, seja em termos de financiamento, seja em relação à complexidade de projetos e programas, seja, ainda, sob o ponto de vista do maior prestígio acadêmico e reconhecimento, por diversos atores sociais, como uma face atuante e democrática da universidade pública e, portanto, do Estado brasileiro.

Cada um a seu modo, os textos a seguir traçam uma parte deste rico panorama vivido atualmente na extensão universitária. São exemplos de como os seus fundamentos se fortaleceram, mas sempre se renovando e se adequando à realidade contemporânea. Assim, reencontramos, em cada uma das reflexões, os princípios científicos, éticos e políticos básicos da extensão, como a interdisciplinaridade, o diálogo e a ênfase em práticas focadas no atendimento das demandas sociais mais urgentes da sociedade.

Sob este ponto de vista, há uma clara identidade entre os princípios fundadores do campo e seu desenho atual, pois avançamos muito em cada um desses aspectos. Hoje, a interdisciplinaridade é efetivamente praticada e proporciona um deslocamento importante no lugar de formação de cada um dos atores envolvidos nessas práticas, processo que incide, principalmente, sobre os estudantes que experimentam parte de sua formação fazendo pesquisa e intervenção em projetos de extensão. O trânsito entre diversas áreas de conhecimento, visando encontrar soluções eficientes e inovadoras para problemas vividos, está presente em quase todos os relatos e compõe um ganho importante no perfil de profissional que, passando pela extensão, se forma na universidade.

Sobretudo desde a década passada, é visível o crescimento e a diversificação nas formas de participação de jovens vinculados à extensão universitária – tanto os universitários quanto os parceiros locais –, ora em atividades em comunidades tradicionais, ora em programas de acesso e permanência de jovens pobres na universidade ou, ainda, na assessoria a práticas de desenvolvimento sustentável em comunidades rurais. Do ponto de vista dos jovens mais envolvidos em ativismo político e social, a extensão é percebida e reconhecida como um lado atuante da universidade, presente no atendimento a populações isoladas e vulneráveis, na disseminação de tecnologias com sustentabilidade e na mediação de processos de diálogo entre diferentes atores sociais.

No entanto, a despeito do avanço inegável na conquista de inúmeros direitos sociais, fruto do maior reconhecimento dos próprios sujeitos portadores destes direitos, nem tudo mudou. O maior acesso aos bens públicos, como a escola, a universidade ou os demais equipamentos culturais ainda é uma conquista em processo, cuja ampliação determinará os futuros contornos da sociedade que queremos construir. Dados educacionais mostram que democratizamos a escola fundamental, que alcança mais de 80% dos jovens, porém menos da metade daqueles entre 15 a 17 anos de idade está cursando o ensino médio e apenas algo em torno de 13% dos que têm entre 18 e 24 anos estão no ensino superior.

Porém, mesmo sob este aspecto, novamente avançamos. A presença progressiva de estudantes universitários de origem popular está entre os fenômenos mais recentes e pouco estudados da também jovem democracia brasileira. Remonta à década de 1990, quando a presença de movimentos sociais, como os pré-vestibulares populares, geralmente

organizados nas periferias e com ênfase no viés racial da desigualdade social em nosso país, foram os primeiros a questionar o caráter ainda elitista da universidade. Em 2013, todas as universidades públicas federais adotaram sistemas de ações afirmativas, nas suas diferentes formas de combinação de cotas raciais e sociais para o acesso à instituição, além de as políticas de permanência terem se expandido consideravelmente. Vista do início da década de 2000, a agenda das ações afirmativas no ensino superior não parecia tão promissora. Ao contrário, gerou muito mais críticas do que adesões.

Apesar disso, a educação superior, pensada como um direito, não é algo natural no destino educacional de grande parte dos jovens brasileiros, o que nos coloca distantes da Meta 12 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, que prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Sem desconhecer a complexidade do problema, acreditamos que ações sistemáticas e planejadas de aproximação entre a universidade e as escolas públicas de nível fundamental e médio são possíveis e necessárias se queremos, efetivamente, avançar em direção a uma sociedade escolarizada e democrática.

Em termos gerais, a universidade pública brasileira consagrou-se como portadora de reconhecida qualidade acadêmica pela tríade ensino, pesquisa e extensão. Contudo, as duas primeiras dimensões foram privilegiadas, principalmente pelas políticas de fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação. À extensão universitária coube o papel de uma aproximação com sujeitos e instituições externos à universidade, em especial, com os grupos populares. Decorrente desse processo, a extensão se firmou como um espaço de inovação teórica e metodológica, envolvida em um diálogo com diferentes perfis de intelectuais, sobretudo com os de fora da universidade. O convívio com a ebulição de ações sociais reflete este momento de abertura pelo qual passa a universidade, ampliando a intercessão entre as atividades de extensão, a formação acadêmica e as práticas de pesquisa.

Por isso, compreender o momento atual, marcado pela incidência de políticas públicas sobre demandas históricas do campo popular, é um desafio ao mesmo tempo teórico e prático. Talvez por isso, atualmente o discurso da extensão universitária como um espaço menor se coloca cada vez menos, visto que caminhamos, progressivamente, para o centro da estrutura universitária, cabendo, portanto, disputar prestígio e reconhecimento a partir da produção qualificada de conhecimento, respeitando as especificidades da pesquisa-ação. Este é mais um desafio colocado pelos textos a seguir, isto é, contribuir para a compreensão de políticas que têm impacto sobre os problemas concretos do país, garantindo, assim, o compromisso histórico da universidade e, particularmente, da extensão universitária, que é entender a realidade para poder transformá-la.

Diógenes Pinheiro

Pró-Reitor de Extensão e Cultura